



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

ATA N° 10/2025 DA COMISSÃO DE SAÚDE, PROTEÇÃO ANIMAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Audiência Pública para discutir sobre o Projeto de Lei nº 11/2025

Aos 11 dias de abril de 2025, às 19h10min, a Comissão de Saúde, Proteção Animal e Desenvolvimento Social reuniu-se no Plenário da Câmara Municipal de Ubá, presentes os vereadores Paulo Cesar Tavares, Antônio Domingos Ximenes Trindade e Gilson Fazolla Filgueiras, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Membro, para receber os senhores Caetano Marciano de Souza, Secretário Municipal de Agricultura, Ambiente e Mobilidade Urbana, Matheus Perpétuo, Gerente da Fiscalização Ambiental, Obras e Posturas da Prefeitura Municipal de Ubá, Paulo Roberto Veloso, Presidente da Associação Ubaense de Pais e Amigos dos Autistas (Aupa), Marina Francielle Alves de Oliveira, fundadora do Projeto RECIAR, Marilda Aparecida Leoncio, representando o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (CMDPI), Alexandre Lima Fagundes, 1º Tenente Bombeiro Militar, representando a 2ª Companhia do Corpo de Bombeiros Militares de Ubá, Silber Silveira, Presidente da ACIU-Ubá, e Cristiano Felippe de Oliveira, proprietário do Armarinho Avenida, e ouvir duas pessoas que participarão online, Guilherme Santos, Coordenador Geral da Aliança Brasileira da Pirotecnia, e Carina Franco, Presidente da Associação Brasileira de Autismo e Deficiência Intelectual, para discutir sobre o Projeto de Lei nº 11/2025, que “Proíbe o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de estampidos e de artifícios que causem poluição sonora de alta intensidade, assim como de quaisquer artefatos pirotécnicos de efeito sonoro ruidoso de alta intensidade em recintos fechados e abertos, áreas públicas e locais privados no Município de Ubá.”.

Os vereadores André Eustáquio Alves, Edeir Pacheco da Costa e José Roberto Reis Filgueiras também participaram da audiência.

A audiência foi presidida pelo vereador Antônio Domingos que abriu espaço para o autor do projeto, vereador Edeir, apresentar suas considerações. Edeir comentou que existem leis com o mesmo teor do projeto apresentado em outros municípios e que o intuito da proposição é proteger a todos que sofrem com os barulhos provocados pela soltura dos fogos de artifício, como idosos, autistas e animais, e, também, acabar com o risco de acidentes com queimaduras. Quanto à fiscalização, acredita que existindo a lei, as pessoas terão consciência da penalidade e não praticarão a conduta.

O próximo a contribuir foi Paulo, que disse ter um filho de 14 anos, com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Comentou que utilizando índices dos Estados Unidos (a cada 36 pessoas, 1 é autista) concluiu que Ubá tem, aproximadamente, três mil autistas, e, se somado aos idosos e animais, na sua opinião, por se tratar de um número considerável, a propositura do projeto está justificada. Contou que o autismo do seu filho é leve, mas quando mais novo sofria com os fogos queimados nos jogos de futebol, por causa da hipersensibilidade. Visando atender a todos, sugeriu a substituição dos fogos que emitem ruídos pelos de efeito luminoso, garantindo que o comércio tenha o que produzir e vender.



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Marina, de posse da palavra, disse que é uma mãe atípica, conceito dado aos pais de autistas, e que os ruídos impactam muito a vida dos autistas. Especificamente sobre os fogos, ela acredita que o fator surpresa do momento do estouro é o que causa maior desregulação nas pessoas com TEA, provocando crise de hipersensibilidade sensorial. Muitos não conseguem se regular sozinho e não é fácil ajudá-los.

Cristiano contribuiu dizendo que sempre se interessou por fogos e gosta da sua profissão, mas solidariza-se com aqueles que sofrem com os ruídos provocados. Em sua opinião, a proibição dos fogos não seria a resolução dos problemas, porque a vida cotidiana tem ruídos. A soltura dos fogos faz parte da cultura e são úteis, sendo utilizados em comemorações e para espantar aves próximas a aeroportos. Explicou que todos os fogos emitem som, do lançamento à abertura, e que os fogos de tiro são os que emitem o som mais alto - são utilizados para espantar animais. Acredita que a proibição advinda de uma lei não surtirá o efeito pretendido de educação da população, que o correto seria conscientizar e instruir os usuários a procurar por profissionais que os ajude a evitar danos e/ou diminuir os impactos provocados.

Marilda participou dizendo que todo projeto precisa ter um propósito após a aprovação. Contou que após um acidente grave na diocese da Miragaia, a qual pertence, determinou-se a proibição da soltura de qualquer objeto que produza fogo, ainda que pequeno. Sobre os idosos com Alzheimer e/ou com TEA, comentou que o barulho de estouro os agita muito e que é difícil contê-los. Mencionou a Constituição Federal de 1988, dizendo estar prevista a necessidade de um ambiente que acolha a todos, um bom lugar para se viver. Registrou que as pessoas não se preocupam com os idosos, que eles não são lembrados nas políticas públicas e nos planos de governo.

O Tenente Alexandre disse que o Corpo de Bombeiros atua na prevenção de acidente e na ocorrência de diversos fatos. Comentou que a soltura de fogos acontece em datas comemorativas e a data que traz a maior demanda nos atendimentos com incêndio é o dia 12 de outubro, porque é um período de estiagem e o número de fogos soltos é grande, portanto, a possibilidade de soltura prevista no projeto como exceção (§ 2º do Art. 1º), não contribui com o problema que os Bombeiros enfrentam. Comentou que as pessoas compram os foguetes com intuito festivo, mas não sabem manusear corretamente os artefatos e as consequências da má utilização são imprevistas, podendo gerar acidentes graves ou fatais. Orientou sobre a contratação de um especialista, que conheça as regras previstas.

Disse que a Instrução Técnica, seguida pelos Bombeiros, indica a fiscalização de eventos pirotécnicos, o armazenamento e a comercialização dos fogos, não englobando vistoriar eventos particulares que preveem a soltura de pouco produto.

Falou que, a seu ver, a questão tem lados positivo e negativo, porque seu filho é portador de deficiência e autista e sofre com o barulho excessivo, mas, em contrapartida, seus familiares que possuem plantação de milho, espantam as maritacas com o barulho dos fogos. Comentou sobre as fugas de animais domésticos por causa dos estampidos.

Silber, de posse da palavra, disse que é necessário conscientizar a população, porque a lei não impedirá que os cidadãos transgressores continuem soltando os fogos e prejudicando a



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

população. Acredita que o projeto de lei precisa ser melhorado e o assunto mais debatido, para que atenda os segmentos da sociedade que sofrem com o ruído provocado e, também, àqueles que usam para um fim justificável.

O presidente abriu para perguntas aos convidados e o vereador Gilson perguntou como a Prefeitura fiscalizará os fogos advindos de outras cidades.

O Tenente Alexandre disse que os Bombeiros fiscalizam fabricação, depósito e comercialização, mas não a soltura, em regra, as exceções são os eventos declarados no sistema, que dependem de um projeto informando haver apresentação de fogos e a identidade do responsável técnico pela segurança do evento. No caso de eventos de jogos de futebol, a Federação proíbe fogos no campo, então, realiza-se a soltura próxima ao local, com um responsável pelos atos. Pequenas comemorações são fiscalizadas apenas se houver denúncia de que será realizado um show pirotécnico.

O vereador também questionou se eles têm uma estatística dos acidentes com fogos. O Tenente respondeu que sim e solicitou ao vereador que formalize por requerimento as informações que deseja e envie ao Corpo de Bombeiros.

Por último, quis saber se os fogos com estampidos apresentam um risco maior de incêndio e acidentes, se comparados aos fogos silenciosos.

O presidente passou a palavra ao Guilherme, que disse que a Aliança Brasileira da Pirotecnia reúne toda cadeia produtiva dos fogos de artifício: indústria, comércio, vendedores e *blasters* pirotécnicos. Comentou sobre o valor histórico dos fogos, que Minas Gerais é o berço da história e existe uma indústria de 150 anos, documentada, que desenvolveu o polo produtivo em Santo Antônio do Monte. Comentou sobre a importância dos empregos gerados com as indústrias no Brasil, são mais de 15 mil empregos e mais de mil empresas especializadas, envolvendo importações, principalmente para os Estados Unidos. O Brasil é o segundo maior produtor do mundo, sendo a China a primeira.

Comentou sobre os projetos que convencionaram proibir os “fogos de estampido”, como o de Ubá, disse que não existe uma definição sobre o conceito da expressão e explicou que o efeito luminoso (efeito de abertura) depende do som da explosão. Disse que o projeto de lei precisa ser aprimorado, trazendo mais elementos para se alcançar o efeito desejado de fiscalização, por exemplo, definir o valor de decibel.

Comentou que a proibição inicia o processo de clandestinidade, que, hoje, as empresas são fiscalizadas pelo Exército e obedecem às normas rígidas de produção.

Disse que não concorda com a generalização, pois os ruídos dos fogos atingem parte de pessoas, mas reconhece o sofrimento de alguns. Em sua opinião, “proibir, não é incluir”, pois existe autistas que gostam dos fogos, se tornar acessível a eles o contato, por meio de abafadores de ouvido, por isso, fez uma campanha de distribuição. Acrescentou que a vida cotidiana tem sons perturbadores para os autistas e que é importante o trabalho de previsibilidade.

O Secretário de Agricultura, Ambiente e Mobilidade Urbana pediu a palavra e perguntou ao Guilherme se já aconteceu algum acidente fatal na produção dos fogos em Santo Antônio do Monte.



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Respondeu que sim, que a maioria é por imprudência, e que se trabalha para que isso não ocorra, mas não tem nenhum caso há 2 anos. Comentou que a cidade de Florianópolis proibiu os fogos no Réveillon de 2024 e houve uma reação social negativa, então, para 2025, o Prefeito permitiu a soltura de fogos de artifício com baixo estampido e distribuiu abafadores de ouvido, após normatizar a lei com novas regras. Pediu que passasse o vídeo do Prefeito de Florianópolis falando a respeito.

André disse que a lei precisa ser bem discutida, porque com a experiência que tem com seu sobrinho, tem a impressão que o barulho do cotidiano atrapalha mais.

Marina disse que a conscientização seria o ideal, porque o que se observa hoje é a exclusão das pessoas hipersensíveis a ruídos, por exemplo, não consegue a participação do seu filho nas coroações.

Também contribuiu na audiência a senhora Carina que contou que seu filho tem 10 anos, diagnosticado com TEA, grau 6, considerado de nível severo, e falou que a causa autista precisa de soluções, que são inúmeros os barulhos que perturbam os autistas, por exemplo, o tilintar dos talheres no prato, buzina de carros, motos que estouram os giros, etc. e explicou que a frequência do som é o que os desregula. Por isso, a importância da campanha de utilização dos abafadores de ouvido.

Disse que a proibição de fogos não resolve o problema e que os considera o mais fácil de lidar, porque, na maioria das vezes, é previsível, a sociedade precisa ser conscientizada e não buscar proibições. Poucas são as soluções para os autistas e, em contrapartida, muitas pessoas aproveitam do seu sofrimento para dar cursos e vender livros.

A participação descontinuou por problema no áudio da transmissão.

Caetano disse que na agricultura foi abolida a limpeza de área utilizando explosivos, para poupar a vida humana dos acidentes que aconteciam, traumas acústicos, estresse, ansiedade, problemas de saúde, queimaduras. Trouxe algumas imagens de acidentes com fogos de artifício, de um animal com medo e estressado, de dano ambiental (incêndio de Los Angeles) e a morte de diversos pássaros na comemoração do Ano Novo na Itália, e, após, comentou sobre a importância de se criar soluções que não gerem danos.

Matheus disse que a fiscalização cumprirá a lei aprovada, que inclusive é a favor do projeto, mas não sabe como será na prática a fiscalização do particular, porque dos eventos públicos é mais fácil. Gostaria de contribuir com o projeto sugerindo a inclusão das zonas silenciosas, aquelas próximas a hospitais e asilos, por exemplo. Comentou que como função dos fiscais poderiam se mover nas ruas e autuar as irregularidades, mas não é o que acontece, atuam mediante denúncia.

Paulo disse que a conscientização nas escolas contribuiria com a fiscalização, pois acredita no poder de argumentação e convencimento das crianças em relação aos pais.

O vereador Edeir disse que redigiu o projeto visando proteger a todos que sofrem com os fogos de artifício e que durante a audiência falou-se em utilizar abafadores nas crianças e idosos, mas não consegue vislumbrar uma forma de proteger os animais. Comentou ser a favor da campanha de conscientização e que a adesão às regras legais ocorrerão a medida que o assunto for



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

disseminado.

O vereador José Roberto perguntou ao Paulo, ao Tenente e à Marina se a buzina e o som alto no carro, moto barulhenta e sirene de ambulância trazem desconforto para as crianças com TEA. O Tenente Alexandre disse que o filho se incomoda com todo tipo de barulho e reage se agredindo, batendo na própria cabeça, Paulo respondeu que seu filho se incomoda com o barulho mínimo, por exemplo, o raspar da garganta e Marina comentou que algumas crianças têm seletividade alimentar por causa do ruído interno que o alimento produz ao ser mastigado.

O vereador Jose Roberto dirigiu uma pergunta ao Cristiano, se as bengalas e as chuvas de fogos (objetos de solo) utilizadas em coroações provocam ruídos altos. Cristiano respondeu que todo produto utilizado sem observância da regra de uso provocará, provavelmente, um ruído maior do que o desejado, mas os fogos que não tenham explosão fazem menos ruído. Aproveitou o momento para pedir aos vereadores que descrevam mais claramente, no projeto, o produto que desejam proibir, porque o que é alto para alguns, pode não ser para outros e gerar discussões judiciais.

O presidente passou a palavra para Guilherme apresentar suas últimas considerações e ele comentou que os acidentes que acontecem não são falhas no produto, mas são provocados pelo mau uso. Disse que a proteção a todos é possível, aos animais existe o adestramento adequado para minimizar o dano e existem os abafadores para as pessoas intolerantes ao barulho. No mais, gostaria que o projeto fosse melhorado para beneficiar todos.

O presidente transferiu a palavra para Carina, mas o áudio apresentou falhas novamente. No mais, ela mostrou alguns modelos de abafadores.

O vereador Domingos solicitou a exposição dos vídeos enviados pela Carina aos presentes. Neles contém crianças e adolescentes autistas, sensíveis ao som, utilizando abafadores e suportando barulhos de som de festa e de liquidificador dentro de casa.

José do Carmo, participante da plateia, contribuiu dizendo que existe um acúmulo de pessoas na área urbana da cidade, e antigamente soltava-se foguete, socialmente, para reunir todos os moradores. Disse que é necessário avaliar e beneficiar todos os seguimentos, observando o crescimento populacional e da cidade e conscientizar a população.

Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a Audiência Pública às 22 horas.

Vereador Paulo Cezar Tavares
Presidente

Vereador Antônio Domingos Ximenes Trindade
Vice-Presidente

Vereador Gilson Fazolla Filgueiras
Membro